



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE	
PARTE B	ASSEMBLEIA NACIONAL: <i>Secretaria-Geral:</i> Extracto de despacho n° 943/2012: Dando por finda a comissão de serviço de Joaquim Augusto Gomes, nas funções de assessor do Presidente da Assembleia Nacional 854
	CONSELHO DE MINISTROS: Resolução n° 23/2012: (II Série) Dá por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço do Pedro Andrade Semedo no cargo de Secretário-Geral do Governo. 855 CHEFIA DO GOVERNO: <i>Direcção dos Recursos Humanos e Assuntos Gerais:</i> Extracto de despacho n° 944/2012: Nomeando Fortunato Antunes Gomes, comissário da Polícia Nacional, para em comissão normal de serviço, desempenhar o cargo de Comandante da Guarda Pessoal do Primeiro-Ministro..... 855 <i>Direcção-Geral da Administração Pública:</i> Extracto de despacho n° 945/2012: Aposentando Daniel Mendes Lopes, do quadro do Ministério da Educação e Desporto..... 855 Extracto de despacho n° 946/2012: Aposentando Margarida Emília Monteiro Simas, do quadro do Ministério da Educação e Desporto..... 855
PARTE C	

Extracto de despacho nº 947/2012:

Aposentando Pedro Lopes Monteiro, ex-estivador da Empresa Nacional de Administração dos Portos – ENAPOR..... 855

Extracto de despacho nº 948/2012:

Aposentando Maria de Rosário de Fátima Lopes, do quadro do Ministério da Educação e Desporto..... 856

MINISTÉRIO DA SAÚDE:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho nº 949/2012:**

Nomeando definitivamente no respectivo cargo técnicos e enfermeiros como se indica..... 856

Extracto de despacho nº 950/2012:

Transferindo Felisberto Robalo Évora, para a Delegacia de Saúde da Praia. 856

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho nº 951/2012:**

Dando, por finda a comissão ordinária de serviço, de Alberto Mendes Borges, no cargo de Chefe de Repartição das Finanças do Concelho de Santa Cruz. 856

Direcção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública:**Extracto de despacho nº 952/2012:**

Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Firmina Lopes de Oliveira, na qualidade de cônjuge sobrevivente e mãe representante dos filhos menores de Joaquim Vieira Furtado. 856

Extracto de despacho nº 953/2012:

Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Margarida Lopes Tavares, na qualidade de mãe representante da filha menor de Joaquim Vieira Furtado. 857

Extracto de despacho nº 954/2012:

Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Adérito de Oliveira Furtado, na qualidade de filho maior de Joaquim Vieira Furtado. 857

Extracto de despacho nº 955/2012:

Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Anilda Oliveira Furtado, na qualidade de filha maior de Joaquim Vieira Furtado. 857

Extracto de despacho nº 956/2012:

Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Vanda Maria Andrade Monteiro, na qualidade de mãe representante da filha menor de Fernando Rosa dos Santos, que foi aposentado. 857

Extracto de despacho nº 957/2012:

Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Domingas de Brito, na qualidade de cônjuge sobrevivente de António Lopes Fidalgo, que foi aposentado..... 857

Extracto de despacho nº 958/2012:

Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Maria Manuela Dias Marafusta Soares Brito, na qualidade de conjuge sobrevivente de Jorge Manuel Braga Ferro Soares de Brito, que foi aposentado. 857

Extracto de despacho nº 959/2012:

Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Alda Rosa Rocha Lima, na qualidade de conjuge sobrevivente de Antonio Lázaro de Oliveira Lima, que foi canalizador MDR..... 858

Extracto de despacho nº 960/2012:

Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Hironcina Alves de Pina, na qualidade de conjuge sobrevivente de José Gomes de Pina, que foi Magistrado. 858

Extracto de despacho nº 961/2012:

Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Maria Miranda Tavares de Almeida, na qualidade de conjuge sobrevivente e mãe representante de menor de Alberto Borges de Almeida. 858

Extracto de despacho nº 962/2012:

Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Carolina Maria Santos, na qualidade de conjuge sobrevivente de João de Deus Lima, que foi aposentado. 858

Extracto de despacho nº 963/2012:

Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Maria Filomena da Silva Ribeiro, na qualidade de conjuge sobrevivente de Florindo Augusto Barbosa Ribeiro, que foi aposentado. 858

Extracto de despacho nº 964/2012:

Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Edmila Sansa Baptista Silva, na qualidade de mãe representante do filho menor de Samoel Lopes Andrade, que foi agente da Policia Nacional. 858

Extracto de despacho nº 965/2012:

Fixando uma pensão de sobrevivência a favor de Elisângela Almeida Firmino, na qualidade de mãe representante dos filhos menores de Samoel Lopes Andrade, que foi agente da Policia Nacional..... 859

MANISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho conjunto nº 966/2012:**

Nomeando Edna Pinto Tavares, no quadro de pessoal da Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Defesa Nacional. 859

Extracto de despacho conjunto nº 967/2012:

Dando por finda, a comissão de serviço de Antonio Marino Almeida Dias, do cargo de assessor do Ministro da Defesa Nacional..... 859

Extracto de despacho conjunto nº 968/2012:

Dando por finda, a comissão de serviço de Edna Pinto Tavares do cargo de secretária do Ministro da Defesa Nacional..... 859

MANISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho nº 969/2012:**

Dando dada por finda, a comissão ordinária de serviço da Jussara Veiga Vera Cruz Barbosa, nas funções de secretária de S. Ex^a o Ministro das Relações Exteriores..... 859

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA:***Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho nº 970/2012:**

Nomeando, Claudia Sofia Abreu Martins Lima, para em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Directora de Serviços da Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Administração Interna..... 859

MINISTÉRIO DO TURISMO, INDÚSTRIA E ENERGIA E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO:***Gabinete dos Ministros:*****Despacho conjunto nº 8/2012:**

Atribuindo o Estatuto de Utilidade Turística de instalação ao empreendimento turístico “WHSTE SANDS BEACH HOTEL & SPA” 860

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTOS:***Direcção dos Recursos Humanos:*****Extracto de despacho nº 971/2012:**

Atribuindo a redução sobre carga horária semanal dos seguintes professores com se indica. 860

Comunicação nº 19/2012:

Comunicando que foi dada por finda a comissão de serviço dos Srs. Maria da Cruz dos Reis Brito Pires, e João Evangelista Garcia Andrade, enquanto vereadores profissionais da Camara Municipal do Concelho de Santa Cruz e conseqüente regresso às funções..... 860

Rectificação nº 72/2012:

Rectificando o despacho de S. Ex^a, o Ex. Ministro de Educação e Desporto, de 7 de Agosto de 2008, referente a contratação da Sra. Noemi Soares Silva..... 861

MINISTÉRIO DA CULTURA:***Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho nº 972/2012:**

Nomeando, Hermânia Sofia Mendes da Cruz, licenciada em sociologia, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de secretária do Ministro da Cultura. 861

Extracto de despacho nº 973/2012:

Renovando os contratos a termo certo, com Abubacar Sambú, Sónia de Pina Gomes, Irlanda de Fátima Lopes de Pina Barbosa da Silva e Alcídia Fernandes, para exercer o cargo como se indica. 861

PARTE D**CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL:***Secretaria:***Extracto de despacho nº 974/2012:**

Nomeando Eloisa Helena Monteiro Fernandes, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Secretária da Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial..... 861

Extracto de despacho nº 975/2012:

Requisitando José Firmino Lopes Cabral, para, em comissão de serviço, exercer funções de condutor auto da Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial..... 861

Extracto de deliberação nº /2012:

Procedendo, por conveniência de serviço, à movimentação de Juizes do quadro da Magistratura Judicial como se indica..... 862

Extracto de deliberação:

Transferindo os Ajudantes de Escrivão como se indica..... 862

PARTE G**MUNICÍPIO DO PAÚL:***Câmara Municipal:***Extracto de despacho nº 976/2012:**

Nomeando Manuela Fernandes Aleixo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico superior..... 862

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS:*Assembleia Municipal:***Deliberação nº 75/2012:**

Aprovando por unanimidade os Símbolos Heráldicos do Município de São Domingos. 862

MUNICÍPIO DO TARRAFAL DE SANTIAGO:*Câmara Municipal:***Deliberação nº 76/2012:**

Publica alteração orçamental para o ano de 2011. 863

PARTE I I**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:***Direcção-Geral de Administração:***Anúncio de concurso nº 22/2012:**

Anunciando que se encontra aberto concurso público para Directores e Adjuntos de Directores das Cadeias e Directores das Cadeias Regionais como se indica. 867

PARTE B**ASSEMBLEIA NACIONAL****Secretaria-Geral**

Extracto de despacho nº 943/2012 – De S. Ex^o o Presidente da Assembleia Nacional:

De 2 de Julho de 2012:

Joaquim Augusto Gomes, técnico parlamentar de primeira classe, referência 14, escalão C, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, desempenhando em comissão ordinária de serviço as funções de assessor do Presidente da Assembleia Nacional para a área de Relações Internacionais, dada por finda a referida comissão a seu pedido, com efeitos a partir de 31 de Maio de 2012.

Secretária-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 4 de Julho de 2012. – O Secretário-Geral, *Adalberto de Oliveira Mendes*.

PARTE C**CONSELHO DE MINISTROS****Resolução nº 23/2012 (II Série)**

de 23 de Julho

No uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Objecto

É dada por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço do Dr. Pedro Andrade Semedo no cargo de Secretário-Geral do Governo, com efeitos a partir de 6 de Agosto de 2012.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros de 12 de Junho de 2012.

José Maria Pereira Neves.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves.*

—o§o—

CHEFIA DO GOVERNO**Direcção dos Recursos Humanos e Assuntos Gerais**

Extracto de despacho nº 944/2012 – De S. Exª o Ministro Primeiro:

De 24 de Maio de 2012:

É nomeado nos termos do n.º 1 do artigo 16º do Decreto-Lei nº 26/2011, de 18 de Julho, e de artigo 97º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho, conjugados com o artigo 52º do Decreto-Legislativo nº 8/2010, de 28 de Setembro, Fortunato Antunes Gomes, comissário da Polícia Nacional, para em comissão normal de serviço, desempenhar o cargo de Comandante da Guarda Pessoal do Primeiro-Ministro, com efeitos a partir de 20 de Abril de 2012.

O encargo correspondentes serão suportados pela dotação orçamental do pessoal do quadro especial do Gabinete do Primeiro Ministro, inscrito no código económico 03.01.01.01

Direcção dos Recursos Humanos e Assuntos Gerais da Direcção-Geral Administração da Chefia do Governo, na Praia, aos 11 de Julho de 2012. – A Directora, *Maria Madalena G. Nunes Tavares.*

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**Direcção-Geral da Administração Pública**

Extracto de despacho nº 945/2012 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 30 de Maio de 2012:

Daniel Mendes Lopes, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, do quadro do Ministério da Educação e Desporto – desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º n.º 3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de

Sobrevivência, aprovado pela Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 808.788\$00 (oitocentos e oito mil, setecentos e oitenta e oito escudos) sujeita à rectificação, calculada de conformidade com as disposições combinadas do artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos e de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 7 de Março de 2012, do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi autorizado o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 4 anos, 3 meses e 2 dias.

O montante em dívida no total de 108.441\$00 (cento e oito mil, quatrocentos e quarenta e um escudos) deverá ser amortizada em 80 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1.317\$00, e as restantes no valor de 1.356\$00.

Extracto de despacho nº 946/2012 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 30 de Maio de 2012:

Margarida Emília Monteiro Simas, professora do ensino básico, referência 7, escalão B, do quadro do Ministério da Educação e Desporto – desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º n.º 3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 880.740\$00 (oitocentos e oitenta mil, setecentos e quarenta escudos) sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos e de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 18 de Novembro de 2011, do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi autorizado o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 11 anos, 5 meses e 28 dias.

O montante em dívida no total de 186.483\$00 (cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e três escudos), deverá ser amortizada em 120 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1.557\$00, e as restantes no valor de 1.554\$00.

Extracto de despacho nº 947/2012 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 4 de Junho de 2012:

Pedro Lopes Monteiro, ex-estivador da Empresa Nacional de Administração dos Portos – ENAPOR – aposentado nos termos do artigo 5º n.º 2, alínea a) por ter sido julgado definitivamente incapacitado para o exercício de qualquer profissão, de acordo com a opinião da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 24 de Março de 2006 e homologada por despacho do Ministro da Saúde de 30 de Março do mesmo ano, com direito à pensão anual de 72.000\$00 (setenta e dois mil escudos), calculada de conformidade com o artigo 1º do Decreto-Lei nº. 28/2011, de 22 de Agosto, conjugado com o artigo 37º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 13 anos e 6 meses de serviço prestado ao estado.

Por despacho de 19 de Junho de 2006 do Director-Geral da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, referente ao período de 12 anos, 6 meses e 10 dias.

O montante em dívida no valor de 116.836\$00 (cento e dezasseis mil, oitocentos e trinta e seis escudos), deverá ser amortizado em 270 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor 359\$00 e as restantes no valor de 433\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 4 de Julho de 2012).

Extracto de despacho nº 948/2012 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 2 de Julho de 2012:

Maria de Rosário de Fátima Lopes, professora do ensino secundário referência 8, escalão E, do quadro do Ministério da Educação e Desporto – desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º n.º 3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 1.084.236\$00 (um milhão, oitenta e quatro mil, duzentos e trinta e seis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com as disposições combinadas do artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos e de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 23 de Setembro de 2010, do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi autorizado o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 2 anos, 3 meses e 3 dias.

O montante em dívida no total de 48.728\$00 (quarenta e oito mil, setecentos e vinte e oito escudos) deverá ser amortizada em 36 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1.338\$00, e as restantes no valor de 1.354\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 10 de Julho de 2012).

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Cap. 40.10.12, Div. 12, Cód. 03.05.03.01.01 do Orçamento vigente.

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, 13 de Julho de 2012. – A Director de Serviço, *Gerson Soares*.

—oço—

MINISTÉRO DA SAÚDE

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho nº 949/2012 – De S. Ex^a a Ministra Adjunta e da Saúde:

De 11 de Julho de 2012:

Felisberto Robalo Évora, técnico-adjunto principal, referência 12, escalão B, do quadro da Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, em serviço no Hospital Dr. Agostinho Neto, transferido para a Delegacia de Saúde da Praia, com efeitos a partir da data de despacho.

Extracto de despacho nº 950/2012 – De Directora-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Saúde, por delegação de competência da S. Ex^a a Ministra Adjunta e da Saúde:

De 23 de Abril de 2012:

Lenira Espírito Santo Gonçalves Ortet, técnica superior referência 13, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, nomeada definitivamente no respectivo cargo nos termos do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Maria Antónia Miranda do Rosário, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, nomeada definitivamente no respectivo cargo nos termos do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Isabel Soares de Barros Rodrigues, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, em serviço no Hospital Dr. Agostinho Neto, nomeada definitivamente no respectivo cargo nos termos do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Edmilson Renato Araújo Morais, enfermeiro geral escalão IV, índice 110, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, nomeado definitivamente no respectivo cargo nos termos do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Edna Serly Lopes da Silva, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, em serviço na Delegacia de Saúde do Maio, nomeada definitivamente no respectivo cargo nos termos do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Lucy Inês Monteiro Mendes, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, em serviço na Delegacia de Saúde do Maio, nomeado, definitivamente no respectivo cargo nos termos do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro

Cisela Frederico dos Santos, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, em serviço na Delegacia de Saúde do Maio, nomeada definitivamente no respectivo cargo nos termos do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Saúde, na Praia, aos 17 de Julho de 2012. – A Directora-Geral, *Serafina Alves*.

—oço—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho nº 951/2012 – De S. Ex^a a Ministra das Finanças e do Planeamento.

De 9 de Setembro de 2011:

É dada por finda a comissão ordinária de serviço, de Alberto Mendes Borges, técnico-adjunto de verificador tributário, referência 9, escalão E, do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, no cargo de Chefe de Repartição das Finanças do Concelho de Santa Cruz, com efeitos a partir da data de sua publicação no *Boletim Oficial*.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Finanças e do Planeamento, na Praia aos 17 de Julho de 2012. – A Directora-Geral, *Paula Ermelinda de Figueiredo Vieira*.

Direcção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública

Extracto de despacho nº 952/2012 – De S. Ex^a o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, por delegação da S. Ex^a a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 26 de Abril de 2012:

Firmina Lopes de Oliveira, na qualidade de cônjuge sobrevivente e mãe representante dos filhos menores de Joaquim Vieira Furtado, que foi professor primário, referência 3, escalão C, falecido a 7 de Setembro de 2011, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 1º n.º 2 do Decreto-Lei nº 28/2011, de 22 de Agosto, uma pensão de sobrevivência a seu favor dos filhos menores, o valor anual de 176.892\$00 (cento e setenta e seis mil e oitocentos e noventa e dois escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva	109.740\$00
Filhos:	
José Manuel de Oliveira Furtado	16.788\$00
José Augusto de Oliveira Furtado	16.788\$00

Anilton Beny de Oliveira Furtado 16.788\$00

Edna Oliveira Furtado 16.788\$00

Tem a pagar a quantia de 187.635\$00 quota em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência que serão amortizadas em 133 prestações sendo a primeira prestação no valor de 1.383\$00 e os restantes no valor de 1.411\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 7 de Setembro de 2011 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 953/2012 – De S. Ex^a o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, por delegação da S. Ex^a a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 26 de Abril de 2012:

Margarida Lopes Tavares, na qualidade de mãe representante da filha menor de Joaquim Vieira Furtado, que foi professor primário referência 3, escalão C, falecido a 7 de Setembro de 2011, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro conjugado com o artigo 1º n.º 2 do Decreto-Lei 28/2011 de 22 de Agosto, uma pensão de sobrevivência a favor da filha menor o valor anual de 16.788\$00 (dezasseis mil e setecentos e oitenta e oito escudos) conforme a discriminação seguinte:

Filha:

Jaquelina Tavares Furtado..... 16.788\$00

Tem a pagar a quantia de 37.527\$00 quota em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência que serão amortizadas em 276 prestações sendo a primeira prestação no valor de 127\$00 e os restantes no valor de 136\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 7 de Setembro de 2011 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 954/2012 – De S. Ex^a o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, por delegação da S. Ex^a a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 26 de Abril de 2012:

Adérito de Oliveira Furtado, na qualidade de filho maior de Joaquim Vieira Furtado, que foi professor primário referência 3, escalão C, falecido a 7 de Setembro de 2011, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro conjugado com o artigo 1º n.º 2 do Decreto-Lei 28/2011, de 22 de Agosto, uma pensão de sobrevivência a seu favor o valor anual de 16.788\$00 (dezasseis mil e setecentos e oitenta e oito escudos) conforme a discriminação seguinte:

Filho 16.788\$00

Tem a pagar a quantia de 37.527\$00 quota em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência que serão amortizadas em 276 prestações sendo a primeira prestação no valor de 127\$00 e os restantes no valor de 136\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 7 de Setembro de 2011 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 955/2012 – De S. Ex^a o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, por delegação da S. Ex^a a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 26 de Abril de 2012:

Anilda Oliveira Furtado, na qualidade de filha maior de Joaquim Vieira Furtado, que foi professor primário referência 3, escalão C, falecido a 7 de Setembro de 2011, fixada ao abrigo do disposto nos

artigos 64º e 70º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro conjugado com o artigo 1º n.º 2 do Decreto-Lei 28/2011 de 22 de Agosto, uma pensão de sobrevivência a seu favor o valor anual de 16.788\$00 (dezasseis mil e setecentos e oitenta e oito escudos) conforme a discriminação seguinte:

Filha 16.788\$00

Tem a pagar a quantia de 37.527\$00 quota em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência que serão amortizadas em 276 prestações sendo a primeira prestação no valor de 127\$00 e os restantes no valor de 136\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 7 de Setembro de 2011 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 956/2012 – De S. Ex^a o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, por delegação da S. Ex^a a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 26 de Abril de 2012:

Vanda Maria Andrade Monteiro, na qualidade de mãe representante da filha menor de Fernando Rosa dos Santos, que foi aposentado, falecido a 19 de Junho 2007, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a favor da filha menor o valor anual de 494.016\$00 (quatrocentos e noventa e quatro mil e dezasseis escudos) conforme a discriminação seguinte:

Filha:

Heidy Mara Monteiro Santos 494.016\$00

Esta pensão beneficia dos aumentos legais, nos termos do artigo 82º da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o Decreto-Lei 9/2007 de 8 de Março, artigo 11º do Decreto-Lei n.º 49/2007, de 28 de Dezembro, e o artigo 12º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 19 de Dezembro, o artigo 15º do Decreto-Lei n.º 69/2009 de 30 de Dezembro.

Este despacho produz efeitos a partir de 19 de Junho de 2007 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 957/2012 – De S. Ex^a o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, por delegação da S. Ex^a a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 27 de Abril de 2012:

Domingas de Brito, na qualidade de cônjuge sobrevivente de António Lopes Fidalgo, que foi aposentado, falecido a 31 de Janeiro 2012, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência seu favor o valor anual de 83.916\$00 (oitenta e três mil e novecentos e dezasseis escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva 83.916\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 31 de Janeiro de 2012 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 958/2012 – De S. Ex^a o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, por delegação da S. Ex^a a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 27 de Abril de 2012:

Maria Manuela Dias Marafusta Soares Brito, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Jorge Manuel Braga Ferro Soares de Brito,

que foi aposentado, falecido a 14 de Fevereiro 2012, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e 70.º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência seu favor o valor anual de 758.928\$00 (setecentos e cinquenta e oito mil e novecentos e vinte e oito escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva 758.928\$00

Tem a pagar a quantia de 111.947\$00 quota em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência que serão amortizadas em 375 prestações sendo a primeira prestação no valor de 121\$00 e os restantes no valor de 299\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 14 de Fevereiro de 2012 de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho n.º 959/2012 – De S. Ex.ª o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, por delegação da S. Ex.ª a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 27 de Abril de 2012:

Alda Rosa Rocha Lima, na qualidade de conjugue sobrevivente de Antonio Lázaro de Oliveira Lima, que foi canalizador do MDR, falecido a 22 de Dezembro de 2007, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e 70.º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência seu favor o valor anual de 147.348\$00 (cento e quarenta e sete mil e trezentos e quarenta e oito escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva 147.348\$00

Esta pensão beneficia dos aumentos legais, nos termos do artigo 82.º da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o Decreto-Lei 9/2007 de 8 de Março, artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 49/2007, de 28 de Dezembro, e o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 19 de Dezembro, o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 69/2009 de 30 de Dezembro.

Tem a pagar a quantia de 321.096\$00 quota em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência que serão amortizadas em 262 prestações sendo a primeira prestação no valor de 1.110\$00 e os restantes no valor de 1.226\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 22 de Dezembro de 2007 de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho n.º 960/2012 – De S. Ex.ª o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, por delegação da S. Ex.ª a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 27 de Abril de 2012:

Hirondina Alves de Pina, na qualidade de conjugue sobrevivente de José Gomes de Pina, que foi Magistrado, falecido a 13 de Junho de 2010, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e 70.º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência seu favor o valor anual de 55.164\$00 (cinquenta e cinco mil e cento e sessenta e quatro escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva 55.164\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 13 de Junho de 2010 de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho n.º 961/2012 – De S. Ex.ª o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, por delegação da S. Ex.ª a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 27 de Abril de 2012:

Maria Miranda Tavares de Almeida, na qualidade de conjugue sobrevivente e mãe representante de menor de Alberto Borges de Almeida, que foi guarda-florestal, falecido a 28 de Setembro de

2010, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e 70.º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência seu favor e da filha menor o valor anual de 62.088\$00 (sessenta e dois mil e oitenta e oito escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva 31.044\$00

Filha:

Nádia Vanessa Tavares Almeida 31.044\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 28 de Setembro de 2010 de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho n.º 962/2012 – De S. Ex.ª o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, por delegação da S. Ex.ª a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 27 de Abril de 2012:

Carolina Maria Santos, na qualidade de conjugue sobrevivente de João de Deus Lima, que foi aposentado, falecido a 13 de Março 2011, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e 70.º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência seu favor o valor anual de 145.824\$00 (cento e quarenta e cinco mil e oitocentos e vinte e quatro escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva 145.824\$00

Tem a pagar a quantia de 102.325\$00 quota em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência que serão amortizadas em 82 prestações sendo a prestação no valor de 1.237\$00 e os restantes no valor de 1.248\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 13 de Março de 2011 de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho n.º 963/2012 – De S. Ex.ª o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, por delegação da S. Ex.ª a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 27 de Abril de 2012:

Maria Filomena da Silva Ribeiro, na qualidade de conjugue sobrevivente de Florindo Augusto Barbosa Ribeiro, que foi aposentado, falecido a 27 de Fevereiro 2012, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e 70.º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência seu favor o valor anual de 36.000\$00 (trinta e seis mil escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva 36.000\$00

Tem a pagar a quantia de 111.947\$00 quota em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência que serão amortizadas em 375 prestações sendo a primeira prestação no valor de 121\$00 e os restantes no valor de 299\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 27 de Fevereiro de 2012 de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho n.º 964/2012 – De S. Ex.ª o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, por delegação da S. Ex.ª a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 27 de Abril de 2012:

Edmila Sansa Baptista Silva, na qualidade de mãe representante do filho menor de Samoel Lopes Andrade, que foi agente da Polícia Nacional, falecido a 2 de Junho de 2011, fixada ao abrigo do

disposto nos artigos 64º e 70º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro conjugado com o artigo 1º n.º 2 do Decreto-Lei 28/2011 de 22 de Agosto, uma pensão de sobrevivência a favor do filho menor o valor anual de 16.788\$00 (dezassex mil e setecentos e oitenta e oito escudos) conforme a discriminação seguinte:

Filho:

Eliandro Sammy Baptista de Andrade 16.788\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 2 de Junho de 2011 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto do despacho nº 965/2012 – De S. Exª o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, por delegação da S. Exª a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 27 de Abril de 2012:

Elisângela Almeida Firmino, na qualidade de mãe representante dos filhos menores de Samoel Lopes Andrade, que foi agente da Polícia Nacional, falecido a 2 de Junho de 2011, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro conjugado com o artigo 1º n.º 2 do Decreto-Lei 28/2011 de 22 de Agosto, uma pensão de sobrevivência a favor dos filhos menores o valor anual de 33.576\$00 (trinta e três mil e quinhentos e setenta e seis escudos) conforme a discriminação seguinte:

Filhos:

Lia Roseline Firmino Andrade..... 16.788\$00

Marcelo Guilherme Firmino Andrade 16.788\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 02 de Junho de 2011 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

As despesas têm cabimento na verba da Orgânica 10.12 Div.15 – cl. 3.05.03.01.02 - Encargos Comuns do Orçamento vigente do Ministério das Finanças. – (Visados pelo Tribunal de Contas, em 25 de Junho de 2012).

Direcção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública do Ministério das Finanças e do Planeamento, na Praia, aos de 2012. – O Director Nacional, *Elias Mendes Monteiro*.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Extracto do despacho conjunto nº 966/2012: – De S. Exª o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro da Defesa Nacional:

De 16 de Março de 2012:

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 10.º e n.º 1 e 3 do artigo 13.º da Lei 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugados com alínea c) do n.º 1 e 2 do artigo 28.º do Decreto-Lei nº 86/92 de 16 de Junho, e artigo 36.º do Decreto-Lei nº 10/93, de 8 de Março, é nomeada Edna Pinto Tavares, licenciada em contabilidade e administração – ramo: auditoria, aprovada no concurso externo de ingresso no quadro de pessoal da Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Defesa Nacional, para exercer o cargo de técnica superior, referência 13, escalão A, no quadro do pessoal da mesma Direcção.

O encargo correspondente serão suportados pela dotação inscrita no código económico 02.01.01.01.02 – pessoal do quadro do orçamento em execução da Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Defesa Nacional, nos termos previstos nos n.º 1 e 2 do artigo 1.º da Resolução n.º 48/2011, de 14 de Novembro.

Extracto do despacho conjunto nº 967/2012: – De S. Exª o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro da Defesa Nacional:

De 10 de Julho de 2012:

Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 26/2011, de 18 de Junho, é dada por finda da comissão ordinária de serviço de António Marino Almeida Dias, do cargo de assessor do Ministro da Defesa Nacional, com efeitos a partir da data da publicação.

Extracto do despacho conjunto nº 968/2012: – De S. Exª o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro da Defesa Nacional:

De 11 de Julho de 2012:

Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 26/2011, de 18 de Junho, é dada por finda, a comissão de serviço de Edna Pinto Tavares do cargo de secretária do Ministro da Defesa Nacional, com efeitos a partir da data da publicação.

Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Defesa Nacional, na Praia, aos 13 de Julho de 2012. – O Director de Gabinete, *Amílcar Silveira Pires*.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Direcção Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Extracto do despacho nº 969/2012: – De S. Exª o Ministro das Relações Exteriores:

De 4 de Julho de 2012:

É dada por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço da Jussara Veiga Vera Cruz Barbosa, nas funções de secretária de S. Exª o Ministro das Relações Exteriores, com efeitos a partir de 16 de Julho do corrente ano.

Serviço de Gestão dos Recursos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, na Praia, aos 13 de Julho de 2012. – A Directora, *Antonietta Lopes dos Reis*.



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Extracto do despacho nº 970/2012: – De S. Exª a Ministra da Administração Interna:

De 4 de Abril de 2012:

Ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 6º do Decreto Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, conjugado com o artigo 14º, alínea a) da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, nomeio Claudia Sofia Abreu Martins Lima, licenciada em Gestão e pós - graduada em Gestão de Empresa, para em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Directora de Serviços da Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Administração Interna, com efeito a partir da data de publicação no *Boletim Oficial*.

O encargo tem cabimento na dotação inscrita na classificação económica 02.01.01.01.02 – Pessoal do Quadro da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Administração Interna.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Administração Interna, na Praia, aos 28 de Junho de 2012. – A Directora, *Ana Paula B. da Silva Costa*.

MINISTÉRIO DO TURISMO, INDÚSTRIA E ENERGIA E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO

Gabinete dos Ministros

Despacho conjunto n.º 8/2012

Tendo:

A sociedade “WHITE SANDS BEACH HOTEL & SPA, SA”, requerido o Estatuto de Utilidade Turística de instalação a favor do empreendimento turístico com o mesmo nome, a instalar-se em Santa Mónica ilha da Boa Vista, Cabo Verde;

Por se tratar de:

- Um projecto que prevê um investimento estimado na ordem de € 117.802.000 (cento e dezassete milhões, oitocentos e dois mil euros) e que irá criar 529 postos de trabalho directo;
- Um projecto que visa a promoção da actividade turística e que vai contribuir para o aumento da capacidade de alojamento do país e melhorar a qualidade dos serviços;
- Um projecto que vai de encontro à política nacional traçada para o sector do Turismo, no que toca ao tipo e nível dos serviços.

Decidimos,

Atribuir o Estatuto de Utilidade Turística de instalação ao empreendimento turístico “WHITE SANDS BEACH HOTEL & SPA”, nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 55/VI/2005, de 10 de Janeiro.

Gabinetes do Ministro do Turismo, Indústria e Energia e Ministra das Finanças e do Planeamento, na Praia, aos 11 de Junho 2012. – Os Ministros, *Humberto Brito e Cristina Duarte*.

—o§o—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO

Direcção dos Recursos Humanos

Extracto de despacho n.º 971/2012 – De S. Ex.ª a Ministra da Educação e Desporto:

De 29 de Junho de 2012:

Maria dos Anjos Furtado da Costa da Costa, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de funções na Escola Amor de Deus, atribuído a redução de 4 horas sobre carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Jorge Eduardo Nobre de Oliveira Vera-Cruz, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão B, de nomeação definitiva na Escola Secundária Jorge Barbosa, atribuído a redução de 4 horas sobre carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Maria Alexandra Rodrigues Dias, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão C, de nomeação definitiva na Escola Secundária Pedro Gomes, atribuído a redução de 2 horas sobre carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Daniel Moreira de Carvalho, professor do ensino secundário, referência 8, escalão C, de nomeação definitiva na Escola Secundária de

Achada Grande Frente, atribuído a redução de 6 horas sobre carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Celestino Tavares Correia, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão B, de nomeação definitiva na Escola Secundária Alfredo da Cruz Silva, atribuído a redução de 8 horas sobre carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Edite Maria Leitão Mendes Ferreira, professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de funções na Escola Secundária Pedro Gomes, atribuído a redução de 4 horas sobre carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Manuela da Conceição dos Reis Vaz Varela, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de funções na Escola Secundária Cónego Jacinto, atribuído a redução de 4 horas sobre carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Jerónimo Duarte Tavares, professor do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão A, em exercício de funções na Escola Secundária do Maio, atribuído a redução de 4 horas sobre carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

José Maria Vasconcelos Fernandes, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de funções na Escola Secundária Constantino Semedo, atribuído a redução de 4 horas sobre carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

José do Rosário Delgado, monitor especial, referência 5, escalão C, em exercício de funções no Liceu Ludgero Lima, atribuído a redução de 4 horas sobre carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

António da Costa, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de funções na Escola Secundária de Chão Bom, atribuído a redução de 2 horas sobre carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Carla Cristina Brito de Portela e Prado, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de funções no Liceu Ludgero Lima, atribuído a redução de 2 horas sobre carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

António Pedro Martins da Costa, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de funções no Liceu Amílcar Cabral, atribuído a redução de 2 horas sobre carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Armindo dos Santos Cruz, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão B, de nomeação definitiva na Escola Secundária Suzete Delgado, atualmente desempenhando função de Diretor da Escola Secundária de Coculi, atribuído a redução de 2 horas sobre carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do regresso as funções.

Comunicação n.º 19/2012:

Comunica-se que foi dada por finda a comissão de serviço dos Srs. Maria da Cruz dos Reis Brito Pires, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, e João Evangelista Garcia Andrade, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, enquanto vereadores profissionais da Câmara Municipal do Concelho de Santa Cruz, e conseqüente regresso às funções a partir de 1 de Setembro do ano em curso.

Rectificação nº 72/2012:

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 33 II Série, de 2 de Setembro de 2009, o despacho de S. Ex^a, o ex. Ministro de Educação e Desporto, de 7 de Agosto de 2008, referente a contratação de Noemi Soares Silva, na categoria de professora do ensino secundário de primeira, referência, 9, escalão A, da Escola Secundária Baltazar Lopes da Silva – São Nicolau, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... Escola Secundária Baltazar Lopes da Silva ...

Deve ler-se:

... Escola Secundária Chão Bom – Tarrafal...

Direcção de Recursos Humanos do Ministério da Educação e Desporto, na Praia, aos 6 de Julho de 2012. – O Director, *Atanásio Tavares Monteiro*.

—o—

MINISTÉRIO DA CULTURA

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto do despacho nº 972/2012: – De S. Ex^a o Ministro da Cultura:

De 3 de Fevereiro de 2012:

Hermânia Sofia Mendes da Cruz, licenciada em sociologia, nomeada para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de secretária do Ministro da Cultura, nos termos dos nºs 1 e 3 do artigo 3º e nº 3 do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 26/2011, de 18 de Julho, conjugado com o artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2012.

Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Cultura, na Praia, aos 18 de Fevereiro de 2012. – O Director Geral, *Alberto Silva Ramos*.

Instituto de Investigação e do Património Culturais

Extracto do despacho nº 973/2012: – De S. Ex^a o Ministro da Cultura:

De 6 de Março de 2012:

Abubacar Sambú, habilitado com 10º ano de escolaridade, renovado o contrato a termo certo, para exercer o cargo de guarda, referência 2, escalão A, no Instituto da Investigação e do Património Culturais, nos termos do artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro, conjugado com a Portaria nº 38/2005, de 27 de Junho, com efeitos a partir da data de publicação no *Boletim Oficial* até 31 de Dezembro de 2012.

Sónia de Pina Gomes, habilitada com 12º ano de escolaridade, renovado o contrato a termo certo, para exercer o cargo de ajudante dos serviços gerais, referência 1, escalão A, no Instituto da Investigação e do Património Culturais, nos termos do artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro, conjugado com a Portaria nº 38/2005, de 27 de Junho, com efeitos a partir da data de publicação no *Boletim Oficial* até 31 de Dezembro de 2012.

Irlanda de Fátima Lopes de Pina Barbosa da Silva, habilitada com 6º ano do ensino básico integrado – 3ª fase em C) E.B.I, renovado o contrato a termo certo, para exercer o cargo de ajudante dos serviços gerais, referência 1, escalão A, no Instituto da Investigação e do Património Culturais, nos termos do artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro, conjugado com a Portaria nº 38/2005, de 27 de Junho, com efeitos a partir da data de publicação no *Boletim Oficial* até 31 de Dezembro de 2012.

Alcídia Fernandes, habilitada com 4º ano de escolaridade, renovado o contrato a termo certo, para exercer o cargo de ajudante dos serviços gerais, referência 1, escalão A, no Instituto da Investigação e do Património Culturais, nos termos do artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro, conjugado com a Portaria nº 38/2005, de 27 de Junho, com efeitos a partir da data de publicação no *Boletim Oficial* até 31 de Dezembro de 2012.

As despesas têm cabimento na conta ORC100007696, – designação 65.03.02.04.93 – Museologia (2012 DES) TES (tes) do Orçamento de Investimento do Instituto da Investigação e do Património Culturais. (Visados pelo Tribunal de Contas em 2 de Julho de 2012).

Instituto da Investigação e do Património Culturais, na Praia, aos 16 de Julho de 2012. – O Presidente, *Humberto Lima*.

PARTE D

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL

Secretaria

Extracto do despacho nº 974/2012 – De S. Ex^a a Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial:

De 3 de Maio de 2012:

Eloisa Helena Monteiro Fernandes, licenciada em ciências da educação, nomeada para, em comissão de serviço, exercer o cargo de secretária da Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, nos termos do disposto no artigo 54º nº 2 da Lei nº 90/VII/2011, de 14 de Fevereiro e artigo 3º nº 1 do Decreto-Lei nº 26/2011, de 18 de Julho, com efeitos a partir da data do despacho.

Extracto do despacho nº 975/2012 – De S. Ex^a a Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial:

De 3 de Junho de 2012:

José Firmino Lopes Cabral, condutor auto de ligeiros, referência 2, escalão E, do quadro da Direcção-Geral de Administração do Ministério da Justiça, requisitado para, em comissão de serviço, exercer funções de condutor auto da Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, nos termos do disposto nos artigos 8º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro, 54º nº 2 da Lei nº 90/VII/2011, de 14 de Fevereiro, e 17º nº 1 do Decreto-Lei nº 26/2011, de 18 de Julho, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2012.

Estas despesas têm cabimento na rubrica 02.01.01.01.01 - Pessoal do Quadro Especial - do orçamento em vigor.

Ass.) *Maria Teresa Évora Barros* - Presidente.

Está conforme.

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, na Praia, aos 3 de Julho de 2012. – O Secretário, *António Joaquim Delgado*.

Extracto de deliberação nº /2012**De 29 de Junho de 2012**

Ao abrigo do disposto no artigo 29º alínea a) da Lei nº 90/VII/2011, de 14 de Fevereiro, e 54º da Lei nº 1/VIII/2011, de 20 de Junho, o Conselho Superior da Magistratura Judicial procede, por conveniência de serviço, à seguinte movimentação de Juizes do quadro da Magistratura Judicial, com efeitos a partir de 16 de Setembro de 2012:

Dr. Júlio Sanches Afonso, Juiz de Direito de 2ª Classe, Esc. A, Ind. 154, ora colocado no 2º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca da Praia, é transferido para o 3º Juízo Cível do mesmo Tribunal;

Drª Ana Filomena Livramento dos Reis, Juiz de Direito de 2ª Classe, Esc. A, Ind. 154, ora colocada no Juízo de Família e Menores do Tribunal da Comarca da Praia, é transferida para o 2º Juízo Criminal do mesmo Tribunal;

Drª Samira Oliveira Gomes dos Anjos, Juiz de Direito de 2ª Classe, Esc. A, Ind. 154, ora colocada no 2º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia, é transferida para o Juízo de Família e Menores do mesmo Tribunal;

Dr. Sebastião Mendes de Pina, Juiz de Direito de 2ª Classe, Esc. A, Ind. 154, ora colocado no 3º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia, é transferido para o 1º Juízo Criminal do mesmo Tribunal;

Dr. Antero Carlos Lubrano Varela, Juiz de Direito de 2ª Classe, Esc. A, Ind. 154, ora colocado no 1º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca da Praia, é transferido para o 2º Juízo Cível do mesmo Tribunal.

Ass.) *Maria Teresa Évora Barros* - Presidente.

Está conforme.

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, na Cidade da Praia, aos 3 de Julho de 2012. – O Secretário, *António Joaquim Delgado*.

Extracto de deliberação**De 29 de Junho de 2012**

Rosalina Vieira Tavares, Ajudante de Escrivão de Direito, referência 2, escalão C, colocada no Tribunal da Comarca de São Domingos, é transferida a seu pedido, para, na mesma categoria, desempenhar funções no Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Santa Catarina, com efeitos a partir de 16 de Setembro do corrente ano;

José Eduardo dos Santos, Ajudante de Escrivão de Direito, referência 2, escalão A, colocado no Tribunal da Comarca do Maio, é transferido a seu pedido, para, na mesma categoria, desempenhar funções no Tribunal da Comarca de São Domingos, com efeitos a partir de 16 de Setembro do corrente ano;

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, na Cidade da Praia, aos 12 de Junho de 2012. – O Secretário, *António Joaquim Delgado*.

PARTE G**MUNICÍPIO DO PAÚL****Câmara Municipal**

Extracto de despacho nº 976/2012 – De S. Exª o Presidente da Câmara Municipal do Paúl:

De 4 de Abril de 2012:

Manuela Fernandes Aleixo, licenciada em informática de gestão, nomeada nos termos do artigo 13º da Lei 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 28º, nº 2, alínea c) do Decreto-Lei nº 86/92 de 16 de Julho e artigo 10º, nº 2 da Lei nº 53/IV/2005 de 3 de Janeiro, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico superior, referência 13, escalão A.

A despesa tem cabimento na rubrica 03.01.01.02 do orçamento em vigor.

Camara Municipal do Paul, aos 4 de Abril de 2011. – A Presidente, *Vera Helena Pires Almeida da Cruz*.

**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS****Assembleia Municipal****Deliberação nº 75/2012****De 31 de Maio de 2012**

A Assembleia Municipal de S. Domingos, reunida na sua Xª Sessão Ordinária, de 31 de Maio de 2012 e no quadro das suas competências conferidas pela alínea b) do n.º 2 do artigo 81º da Lei n.º 134/V/95, de 3 de Julho, deliberou:

- Aprovar por unanimidade os Símbolos Heráldicos do Município de S. Domingos.

Memória Descritiva/Justificativa.

O presente Símbolo Heráldico, além de abordar temáticas da vivência, situação sócio-económica, histórico e cultural do Município de São

Domingos, também foi concebido, de acordo com os padrões e princípios básicos para a elaboração dos símbolos heráldicos definidos na I Série, nº47, 6º Suplemento do *Boletim Oficial* da República de Cabo Verde, de 30 de Dezembro de 1999, (cuja cópia se anexa a esta memória).

O Braço de Armas.

O Braço de Armas do Concelho de São Domingos, é composto por um círculo concêntrico, um listei, com a sigla (Município de São Domingos) 10 estrelas distribuídas simetricamente e 3 elos na parte superior do círculo entrelaçados entre si. No campo interior do círculo, sub um fundo azul marinho, circunscreve a vida do município espelhado em peças desenhadas como a Igreja/Colégio Jessuitas, (Parte histórica), a montanha e a praia, (Potencial turístico e económico) e clave de Sol, simbolizando a parte cultural mais fluente do município (Música).

**A Bandeira**

A Bandeira do Município de São Domingos, foi feita em consonância com a legislação em vigor, tendo 1,5 mts de comprimento e 1m de largura. O braço de armas ocupa o centro da bandeira e as arestas são bordados de cor dourada.



O Selo

Da mesma forma o Selo e o estandarte do Município, enquadram-se dentro da legislação em vigor.

**Justificação da escolha dos elementos que compõem o campo interior do brasão das armas. Resumidamente.**

Igreja – Historicamente o Concelho de São Domingos é no seu todo, um concelho religioso, tendo herdado desde o início do povoamento do Arquipélago de Cabo Verde, a primeira Igreja erguida pelos Portugueses nos trópicos, além da Igreja de Nossa Senhora do Rosário na Ribira Grande de Santiago.

Colégio – O colégio, contíguo à Capela, historicamente simboliza a passagem dos jesuítas por este Concelho e por ter exclusivamente São Domingos albergado a primeira comunidade Jesuíta que passou por estas ilhas, na sua missão peregrina e de educação.

O Mar – O mar é o potencial singular no domínio do turismo para o município e por conseguinte o factor crucial para a geração de riqueza no Concelho.

As Montanhas – Os sinuosos montes deste Concelho, propiciam um turismo paisagístico de excelência, podendo de certa forma contribuir e de que maneira para o desenvolvimento económico sustentável, por isso este elemento é considerado um dos cartões de visita deste município.

A Clave de Sol – A Clave de Sol, representa a música, ala da cultura muito conceituada no Concelho, factor importantíssimo que poderá em certa medida ser preponderante para aplicar a um turismo cultural muito nobre

Assembleia Municipal de São Domingos, aos 8 de Junho de 2012. – O Secretário, *José Carlos Tavares Gonçalves*.

—oço—

MUNICÍPIO DO TARRAFAL DE SANTIAGO**Assembleia Municipal****Deliberação nº 76/2012**

Câmara Municipal de Tarrafal, reunida na sessão do dia 24 de Abril, deliberou aprovar por unanimidade a alteração orçamental para o ano 2011:

ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL REFERENTE AO ANO DE 2011

<i>Código</i>	<i>Designação</i>	<i>Orç Inicial</i>	<i>Anulação</i>	<i>Reforço</i>	<i>Orç Corrigido</i>
	DESPESAS ORDINÁRIAS	583.806.064	24.525.431	24.525.431	583.806.064
	Despesas Correntes	243.803.861	12.867.037	18.367.037	249.303.861
	Despesas de Capital	283.200.038	11.658.394	6.158.394	277.700.038
	Contas de Ordem	56.802.165	0	0	56.802.165
01.00	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	3.819.156	0	0	3.819.156
03.01.00.00	Despesas com Pessoal	2.099.156	0	0	2.099.156
03.01.01.00	Remunerações Certas e permanentes	1.408.356	0	0	1.408.356
3.01.01.01	Pessoal de quadro especial	1.080.000			1.080.000
3.01.01.02	Salário pessoal do quadro	328.356			328.356
03.01.02.00	Remuner variáveis caract não permanente	690.800	0	0	690.800
03.01.02.02	Horas extraordinárias	100.000			100.000
03.01.02.12	Outros suplementos e prémios (senhas)	550.000			550.000
03.01.02.90	Outros Abonos em numerários e/ou espécie (Telef. individuais)	40.800			40.800
03.02.03.00	Aquisição de Bens e Serviços	510.000	0	0	510.000
03.02.03.01	Alimentação-refeições confeccionadas	200.000			200.000
03.02.03.04	Material de escritório	200.000			200.000
03.02.03.15	Outros bens	110.000			110.000
03.03.00	Fornecimentos e Serviços Externos	1.210.000	0	0	1.210.000
03.03.01	Água	30.000			30.000
03.03.02	Electricidade	60.000			60.000
03.03.08.00	Representação dos Serviços	100.000			100.000
03.03.14	Deslocação e estadia	1.000.000			1.000.000
03.03.90	Outros fornecimentos e serviços externos	20.000			20.000
02.00	PRESIDÊNCIA DA CÂMARA	47.323.456	431.174	431.174	47.323.456
03.01.00.00	Despesas com Pessoal	13.563.456	0	0	13.563.456
03.01.01.00	Remunerações Certas e permanentes	12.572.736	0	0	12.572.736
03.01.01.01	Pessoal de quadro especial	7.507.200			7.507.200

03.01.01.02	Pessoal de quadro	4.820.736			4.820.736
03.01.01.08	Representação	244.800			244.800
03.01.02.00	Remuner variáveis caract não permanente	990.720	0	0	990.720
03.01.02.12	Outros suplementos e prémios (senhas)	240.000			240.000
03.01.02.90	Outros Abonos em numerários e/ou espécie (Telef. individuais)	750.720			750.720
3.02.00.00	Aquisição de bens e Serviços	1.650.000	0	0	1.650.000
03.02.03.01	Alimentação - refeições confeccionadas	200.000			200.000
03.02.03.10	Prémios condecorações e ofertas	200.000			200.000
03.02.03.13	Artigos honoríficos e de decoração	700.000			700.000
03.02.03.14	Material de educação, cultura e recreio	350.000			350.000
03.02.03.15	Outros bens	200.000			200.000
03.03.00.00	Fornecimentos e Serviços Externos	4.750.000	431.174	0	4.318.826
03.03.08.00	Representação dos Serviços	1.000.000			1.000.000
03.03.14	Deslocação e estadia	2.200.000	431.174		1.768.826
03.03.15	Estudos, Investigação, pareceres, projectos e consultoria	1.500.000			1.500.000
03.03.25	Outros fornecimentos e Serviços	50.000			50.000
03.06.01.00	Transferências a Administração Privada	16.360.000	0	431.174	16.791.174
03.06.01.02	Transferências a ONG's	16.360.000	0	431.174	16.791.174
	DESPESAS ORDINÁRIAS	583.806.064	24.525.431	24.525.431	583.806.064
03.06.01.02.01.01	Grupos culturais	2.000.000			2.000.000
03.06.01.02.01.02	Grupos desportivos	3.000.000			3.000.000
03.06.01.02.01.03	Grupos juvenis	600.000			600.000
03.06.01.02.01.04	Associações de Municípios	260.000		431.174	691.174
03.06.01.02.01.05	Outras Associações	1.500.000			1.500.000
03.06.04.01.06	Actividades Recreat. Desp. e Culturais	9.000.000			9.000.000
3.08.00.00	Outras despesas correntes	11.000.000	0	0	11.000.000
03.08.04	Actividades festivas do Município	11.000.000			11.000.000
03.00	ECRETARIA MUNICIPAL	46.464.120	2.264.843	7.764.843	51.964.120
03.01.00.00	Despesas com Pessoal	14.744.120	0	0	14.744.120
03.01.01.00	Remunerações Certas e permanentes	13.270.000	0	0	13.270.000
03.01.01.02	Pessoal de quadro	10.930.000			10.930.000
03.01.01.06	Pessoal em qualquer situação ...	2.340.000			2.340.000
03.01.02.00	Remuner variáveis caract não permanente	1.009.000	0	0	1.009.000
03.01.02.02	Hora extraordinárias	600.000			600.000
03.01.02.03	Alimentação e aloj. Compens. de encargos	200.000			200.000
03.01.02.04	Abono para falha	9.000			9.000
03.01.02.90	Outros Abonos em numerários e/ou espécie	200.000			200.000
03.01.03.00	Segurança Social para agentes do Estado	465.120	0	0	465.120
03.01.03.90	Encargos de Segurança Social - Diverso	465.120			465.120
3.02.00.00	Aquisição de bens e Serviços	2.950.000	0	0	2.950.000
03.02.03.03	Vestuários e art. Pess. compens. de encargos	300.000			300.000
03.02.03.04	Material de escritório	1.800.000			1.800.000
03.02.03.14	Material de educação, cultura e recreio	500.000			500.000
03.02.03.15	Outros bens	350.000			350.000
03.03	Fornecimentos e Serviços Externos	17.620.000	1.764.843	1.764.843	17.620.000
03.03.01	Água	600.000		764.843	1.364.843
03.03.02.01	Electricidade	1.500.000		1.000.000	2.500.000
03.03.02.02	Iluminação Pública	20.000			20.000
03.03.03	Combustível e lubrificantes	2.500.000			2.500.000
03.03.04	Conservação e manutenção	1.000.000			1.000.000
03.03.05	Locação de (edifícios) bens	1.700.000	1.000.000		700.000
03.03.09	Comunicações	1.800.000			1.800.000
03.03.10	Seguros	500.000			500.000
03.03.14	Deslocação e estadia	1.000.000			1.000.000

03.03.15	Estudos, Investigação, pareceres, projectos e consultoria	3.000.000			3.000.000
03.03.16	Formação	1.500.000	764.843		735.157
03.03.18	Publicidade	500.000			500.000
03.03.90	Outros fornecimentos e serviços externos	2.000.000			2.000.000
3.04.00.00	Encargos da dívida	9.000.000	500.000	500.000	9.000.000
3.04.01.00	Juros da dívida	9.000.000	500.000	500.000	9.000.000
3.04.01.01	Juros da dívida interna	9.000.000	500.000	500.000	9.000.000
3.04.01.01.01	Banco Comercial do Atlântico	2.000.000		0	2.000.000
3.04.01.01.02	Banco Interatlantico	6.500.000	500.000		6.000.000
3.04.01.03.90	Outros Ene. Finan. - despesas diversas	500.000		500.000	1.000.000
04.02.00	Outras despesas de Capital	0	0	5.500.000	5.500.000
04.02.16	Subsidio a SAAS			5.500.000	5.500.000
03.08.00.00	Outras despesas correntes	2.150.000	0	0	2.150.000
03.08.01.00	Restituição! e indemnização)	1.000.000			1.000.000
03.08.02.00	Impostos e Taxas	500.000			500.000
03.08.03.00	Indemnização	100.000			100.000
03.08.89.00	Despesas Extraordinárias	350.000			350.000
03.08.90.00	Outras despesas	200.000			200.000
	GABINETE TÉCNICO MUNICIPAL	44.850.438	0	0	44.850.438
03.01.00.00	Despesas com Pessoal	36.150.438	0	0	36.150.438
03.01.01.00	Remunerações Certas e permanentes	34.850.438	0	0	34.850.438
	DESPESAS ORDINÁRIAS	583.806.064	24.525.431	24.525.431	583.806.064
03.01.01.02	Pessoal de quadro	14.260.000			14.260.000
03.01.01.06	Pessoal em qualquer situação ...	20.040.438			20.040.438
03.01.01.17	Comparticipação nas receitas	550.000			550.000
03.01.02.00	Remuner variáveis caract não permanente	1.300.000	0	0	1.300.000
03.01.02.02	4ora extraordinárias	600.000			600.000
03.01.02.03	Alimentação e aloj. C/ compens.de encargos	200.000			200.000
03.01.02.14	Participação e prémios	400.000			400.000
03.01.02.90	Remuneração diversas	100.000			100.000
3.02.00.00	Aquisição de bens e Serviços	800.000	0	0	800.000
03.02.02.00	Matérias primas e subsidiárias	100.000			100.000
03.02.03.03	Vestuários e artigos pessoais	300.000			300.000
03.02.03.15	Outros bens	400.000			400.000
03.03	Fornecimentos e Serviços Externos	7.900.000	0	0	7.900.000
03.03.03	Combustível e lubrificantes	6.500.000			6.500.000
03.03.04	Conservação e Manutenção	1.000.000			1.000.000
03.03.21	Assistência Técnica	200.000			200.000
03.03.25	Outros Fornecimentos e Serviços	200.000			200.000
	DIRECÇÃO ESTUDOS E POLÍTICAS DESENVOLV.	51.743.567	7.765.100	7.765.100	51.743.567
03.01.00.00	Despesas com Pessoal	19.043.567	0	7.765.100	26.808.667
03.01.01.00	Remunerações Certas e permanentes	19.043.567	0	7.765.100	26.808.667
3.01.01.02	essoal de quadro	2.043.567			2.043.567
03.01.01.06	Pessoal em qualquer situação	17.000.000		7.765.100	24.765.100
03.07.02.00	Prestação de Assistência Social	32.700.000	7.765.100	0	24.934.900
03.07.02.04	Assistência social diverso	2.000.000	1.188.684		811.316
03.07.02.08	Apoio a construção da habitação social	8.000.000	1.110.679		6.889.321
03.07.02.11	Apoio escolar	5.500.000	2.700.990		2.799.010
03.07.02.18	Apoio a Actividades Geradoras de Rendimentos	1.500.000	815.642		684.358
03.07.02.29	Apoio no combate a doenças de origem hídrica	150.000			150.000
03.07.02.30	Subsidio alimentar a grupos vulneráveis	2.550.000	1.749.105		800.895
03.07.02.31	Apoio a formação	8.000.000			8.000.000
03.07.02.32	Apoio na doença	1.500.000	200.000		1.300.000
5.04.01.03.02	Financiam AGR -Reembolsável	3.500.000			3.500.000

	DELEGAÇÃO MUNICIPAL DE CHÃO BOM	7.541.000	0	0	7.541.000
03.01.00.00	Despesas com Pessoal	7.241.000	0	0	7.241.000
03.01.01.00	Remunerações Certas e permanentes	7.241.000	0	0	7.241.000
3.01.01.02	Pessoal de quadro	1.241.000			1.241.000
03.01.01.06	Pessoal em qualquer situação	6.000.000			6.000.000
03.03	Fornecimentos e Serviços Externos	300.000	0	0	300.000
03.03.05	Locação de edifícios	300.000			300.000
	DELEGAÇÃO MUNICIPAL DE A. TENDA	2.712.124	0	0	2.712.124
03.01.00.00	Despesas com Pessoal	2.712.124	0	0	2.712.124
03.01.01.00	Remunerações Certas e permanentes	2.712.124			2.712.124
03.01.01.02	Pessoal de quadro	1.712.124			1.712.124
03.01.01.06	Pessoal em qualquer situação	1.000.000			1.000.000
	DESPESAS COMUNS	39.350.000	2.405.920	2.405.920	39.350.000
3.01.04.00		9.250.000	2.405.920	0	6.844.080
3.01.04.01	Aumento salarial	4.000.000			4.000.000
3.01.04.02	Recrutamentos e nomeações	3.500.000	2.405.920		1.094.080
3.01.04.03	Progressões	600.000			600.000
3.01.04.04	Reclassificações	400.000			400.000
3.01.04.06	Promoções	150.000			150.000
3.01.04.90	Outras dotações	200.000			200.000
3.01.90.00	Outras despesas com pessoal	400.000			400.000
3.08.00	Outras despesas correntes	25.000.000	0	0	25.000.000
3.08.05	Despesas de ano económico findo	25.000.000			25.000.000
03.07.01	Prestações de Segurança Social	5.100.000	0	2.405.920	7.505.920
	DESPESAS ORDINÁRIAS	583.806.064	24.525.431	24.525.431	583.806.064
03.07.01.01.04	Abono de família	500.000			500.000
03.07.01.01.05	Pensão de aposentação e invalidez	3.000.000		2.405.920	5.405.920
03.07.01.01.06	Pensão de sobrevivência	1.500.000			1.500.000
03.07.01.01.90	Outras despesas com classes inativas	100.000			100.000
04.00.00.00	Trans. s/ activ. e passiv. não financeiros	267.500.000	10.244.394	4.744.394	262.000.000
04.01.00.00	Imobilizações Corpóreas	267.500.000	10.244.394	4.744.394	262.000.000
04.01.02.01	Urbanização e calcetamento	75.000.000			75.000.000
04.01.02.02	Construção e reparação de estradas rurais	2.000.000			2.000.000
04.01.02.03	Espaços verdes	15.000.000			15.000.000
04.01.02.05	Estrada Curral Velho-A. Ponciano	1.500.000			1.500.000
04.01.02.06	Estrada Fazenda	3.000.000			3.000.000
04.01.02.07	Estrada Mato Brasil	1.000.000			1.000.000
04.01.02.08	Estrada de Biscainhos	2.500.000			2.500.000
04.01.02.09	Estrada de Mato Mendes	3.000.000			3.000.000
04.01.02.10	Estrada de A. Meio	1.500.000			1.500.000
04.01.02.11	Adução e abastecimento de água	15.000.000	5.500.000		9.500.000
04.01.02.13	Electrif. Vila C. Bom	7.500.000			7.500.000
04.01.02.16	Eletrific. A. Carreira/Bimbirim	2.500.000			2.500.000
04.01.02.17	Electrificação de polidesportivos	2.000.000			2.000.000
04.01.04.00	Edifícios n Resid- obras de beneficiação	13.000.000			13.000.000
04.01.05.00	Maquinarias e equipamentos	6.000.000		244.394	6.244.394
04.01.07.00	Equipamento de carga e de Transporte	2.000.000			2.000.000
04.01.08.00	Equipamentos administrativos e mobiliário diverso	2.000.000			2.000.000
04.01.09.05	Construção Poli A. Meio	4.000.000			4.000.000
04.01.09.06	Construção Poli A. Biscainho	2.000.000			2.000.000
04.01.09.07	Construção Poli A. Longueira	9.000.000	3.244.394		5.755.606
04.01.09.08	Estádio Municipal	27.000.000			27.000.000

04.01.09.09	Pavilhão Desportivo Municipal	50.000.000			50.000.000
04.01.09.12	Construção de Polidesportivo de Lém Mendes	0		3.000.000	3.000.000
04.01.10.02	Centro Multiuso de Colhe Bicho	2.500.000			2.500.000
04.01.10.03	Centro Comunitário de Achada Moirão	6.500.000			6.500.000
04.01.10.04	Centro Comunitário de Mato Mendes	3.000.000			3.000.000
04.01.10.04	Centro Comunitário de P. Furna	3.000.000			3.000.000
04.01.90.00	Outras imobilizações corpóreas	1.000.000			1.000.000
04.01.01.00	Aquisição de Terrenos subjac a edifícios	1.500.000	1.500.000		0
04.02.99	Aquisição de edifícios	3.500.000		1.500.000	5.000.000
5.00.00	Trans sobre Act e passivos Financeiros	15.700.038	1.414.000	1.414.000	15.700.038
05.02.03.01.02	Amortização de empréstimos obtidos	15.700.038	1.414.000	1.414.000	15.700.038
05.02.03.01.02.02	Banco Interatlântico	12.800.000	1.414.000		11.386.000
05.02.03.01.02.02	Banco Comercial do Atlântico	2.900.038		1.414.000	4.314.038
	CONTAS DE ORDEM	56.802.165	0	0	56.802.165
	Consignação de receitas	56.802.165	0	0	56.802.165
04.03.01.01	Receitas do Estado	5.000.000			5.000.000
04.03.02.01	Descontos para Previdência Social - TSU.....	3.800.000			3.800.000
	Operações de Tesouraria - Tribunais	1.500.000			1.500.000
	Operações de Tesouraria - Sindicatos	600.000			600.000
	Serviços Autónomo de Água e Saneamento	40.902.165			40.902.165
	Serviços autónomo de Mercados	5.000.000			5.000.000

Câmara Municipal do Tarrafal, aos 25 de Abril de 2012. – A Secretária Municipal, *Suzy Soares Rosa*.

PARTE I 1

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral de Administração

Anúncio de concurso nº 22/2012

De conformidade com o despacho de S. Ex^ª. o Ministro da Justiça, datado de 13 de Junho de 2012, faz-se público que se encontra aberto pelo prazo até 10 (Dez) de Agosto de 2012, o concurso público para o preenchimento de 2 (duas) vagas para o exercício de funções de Directores das Cadeias Centrais da Praia e de São Vicente, 1 (uma) vaga para o exercício de funções de Adjunto do Director da Cadeia Central da Praia, 1 (uma) vaga para o exercício de funções de Director da Cadeia Regional do Fogo, 1 (uma) vaga para o exercício de funções de Director da Cadeia Regional de Santo Antão, 1 (uma) vaga para o exercício de funções de Director da Cadeia Regional do Sal, ao abrigo do disposto nos artigos 11º e 12º do Decreto-Lei nº 11/2011, de 31 de Janeiro, 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, 93º e 94º da Lei nº 42/ VII/2009, de 27 de Julho e Decreto-Lei nº. 10/93, de 8 de Março.

1. Podem candidatar todos aqueles que satisfazem os seguintes requisitos:

- Nacionalidade Cabo-verdiana;
- Formação superior que confere grau de Licenciatura ou Mestrado em Direito, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais, Administração, Gestão, outras áreas afins;
- Experiência profissional em cargos de direcção, via desempenho de funções numa organização de carácter público ou privado, válida e documentalmente comprovada pela exibição e entrega no âmbito do processo de candidatura do título justificativo, designadamente, declaração em como foram ou são funcionários ou trabalhadores de uma determinada organização pública ou privada;

d) Conhecimentos de informática na óptica do utilizador (processamento de texto, folha de cálculo, Power point, base de dados, correio electrónico e Internet);

e) Conhecimento da legislação cabo-verdiana aplicável à Administração Pública, designadamente Constituição da República de Cabo Verde, Regime de Execução de Penas, Lei de Base da Função Pública, Regime de Mobilidade dos Funcionários da Administração Pública, Regime Jurídico de Constituição, Modificação e Extinção da Relação Jurídica de Emprego na Administração Pública, Regime Jurídico que estabelece os princípios, regras e critérios de organização e estruturação do plano de cargos, carreiras e salários aplicável aos agentes da Administração Pública, legislações ligadas à contratação pública, o Regime Jurídico que estabelece as regras de organização e envolvimento das categorias que integram a carreira do quadro privativo do Corpo de Agentes Prisionais, o Plano Nacional de Contabilidade Pública, entre outros;

f) Possuam boa constituição ou suficiente robustez física;

2. Preencham os seguintes perfis:

- Boa capacidade de comunicação, assertividade e empatia;
- Boa capacidade de organização, liderança e gestão de conflitos;
- Aptidão de adaptação a tarefas que exigem capacidade de tomada de decisão, disciplina e rigor;
- Capacidade de desdobramento em várias tarefas com elevado grau de complexidade;
- Habilidade para trabalhar sobre pressão;
- Espírito de iniciativa, dinamismo e pro-actividade;
- Facilidade para trabalhar em equipa pluridisciplinar;
- Disponibilidade imediata.

3. Apresentação das candidaturas:

1. As candidaturas devem ser formalizadas através do requerimento dirigido à S. Ex.^a, o Ministro da Justiça e entregue na Direcção de Serviço dos Recursos Humanos da Direcção-Geral da Administração do Ministério da Justiça, localizado na Rua Cidade de Funchal, Achada de Santo António-Praia, CP – 83, Ilha de Santiago, acompanhado cumulativamente das seguintes documentações:

- a) Curriculum vitae detalhado;
- b) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou Passaporte autenticada;
- c) Certidão narrativa completa de nascimento;
- d) Fotocópia autenticada de Certificado de Equivalência para os candidatos que concluíram formação superior no estrangeiro;
- e) Fotocópia de Certificado ou Diploma, que confere aos candidatos o grau de Licenciatura, Pós Graduado ou de Mestrado;
- f) Declaração que justifica em como foram funcionários de uma determinada instituição ou organização pública ou privada, nos termos do declarado na alínea c), do ponto um (1);
- g) Registo Criminal;
- h) Cadastro Policial;
- i) Atestado Médico e Certificado de Vacina;
- j) Fotocópia de outros documentos considerados relevantes para efeito de concurso e ingresso na Administração Pública.

2. O prazo de entrega das candidaturas é de 20 (vinte) dias a contar da data da publicação do anúncio do presente concurso no *Boletim Oficial*.

4. Métodos ou critério de selecção:

1. Avaliação curricular, graduada em 20% da nota global, com as seguintes graduações:

- Habilitações Académicas com peso de 30 (trinta) pontos, com uma variação de (1 a 5);
- Experiência Profissional com peso de 50 (cinquenta) pontos, com uma variação de (1 a 5);
- Formação complementar com peso de 20 (vinte) pontos, com uma variação de (1 a 5).

2. Teste psicotécnico, graduado em 30% da nota global;

2.1. Os candidatos reprovados no teste psicotécnico não poderão participar na fase seguinte do presente concurso.

3. Teste escrito, conforme os conteúdos objecto de avaliação, no âmbito do presente concurso, dados a conhecer na alínea e), do referenciado ponto 1 (um), graduado em 30% da nota global;

4. Entrevista graduada em 20% da nota global;

5. Números de vagas e lugar a serem preenchidas pelos candidatos aprovados em concurso:

I. Direcção da Cadeia Central de São Vicente: 1 (uma) vaga, no cargo de Director de nível III;

II. Direcção da Cadeia Central da Praia: 1 (uma) vaga, no cargo de Director de nível III;

III. Direcção da Cadeia Central da Praia: 1 (uma) vaga, no cargo de Adjunto Director de nível II;

IV. Direcção da Cadeia Regional de Santo Antão: 1 (uma) vaga, no cargo de Director de nível II;

V. Direcção da Cadeia Regional do Fogo, São Filipe: 1 (uma) vaga, no cargo de Director de nível II;

VI. Direcção da Cadeia Regional do Sal: 1 (uma) vaga, no cargo de Director de nível II;

6. Período de duração do concurso

O presente concurso é válido por um período de dois (02) anos, a contar da data da publicação no Boletim Oficial da lista de classificação final dos candidatos aprovados.

7. Composição dos membros do júri do concurso

Presidente: Dr. Patrício Monteiro Varela – Procurador da República

Vogais: Dr. Alfredo Isidoro Araújo de Pina, Director de Serviço dos Recursos Humanos da Administração Pública

Dr. Fernando Moreno Tavares, Director de Serviço da Contabilidade Pública do Ministério das Finanças

Direcção de Serviço dos Recursos Humanos da Direcção Geral da Administração, do Ministério da Justiça, na Praia, 20 de Julho, de 2012. – O Director *Filipe de Carvalho*.



II SÉRIE
**BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE J

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação:

Extracto publicação de sociedade nº 278/2012:

Certificando um registo de recondução dos órgãos sociais da sociedade comercial denominada “SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DA QUINTA DA ACHADA, S.A.”.....218

Extracto publicação de sociedade nº 279/2012:

Certificando um registo de cessão e unificação de quotas, alteração da denominação e gerência da sociedade comercial por quotas denominada “A GRELHA, LDA”.....219

Extracto publicação de sociedade nº 280/2012:

Certificando um registo de dissolução e encerramento da sociedade comercial por quotas denominada “LUSO DA ESPERANÇA – Importação Exportação, Lda.”.....219

Extracto publicação de sociedade nº 281/2012:

Certificando um registo de prestação de contas da sociedade comercial anónima denominada “BETÕES DE CABO VERDE, S.A.”.....219

Extracto publicação de sociedade nº 282/2012:

Certificando um registo de prestação de contas da sociedade comercial anónima denominada “CIMPOR CABO VERDE, S.A.”.....219

Extracto publicação de sociedade nº 283/2012:

Certificando um registo de prestação de contas da sociedade comercial anónima denominada “CABO VERDE BETÕES E INERTES, S.A.”.....219

Extracto publicação de sociedade nº 284/2012:

Certificando uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO JUVENIL JOVENS EM ACÇÃO – AJJA”. 220

Extracto publicação de sociedade nº 285/2012:

Certificando um registo de cessão de quotas da sociedade comercial por quotas denominada “CARPNEUS – IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA”. 220

Extracto publicação de sociedade nº 286/2012:

Certificando um registo de destituição da gerência e vinculação da sociedade comercial denominada “UNITEAM CV, LDA”. 220

Extracto publicação de sociedade nº 287/2012:

Certificando uma associação sem fins lucrativos denominada ASSOCIAÇÃO MUSICAL DE ARTES E ESPECTÁCULOS – PRIMITIVE. 220

Extracto publicação de sociedade nº 288/2012:

Certificando um registo de aumento de capital da sociedade comercial denominada “LCP – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”. 220

Extracto publicação de sociedade nº 289/2012:

Certificando uma associação denominada “ASSOCIAÇÃO CLUBE DESPORTIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA ALFREDO DA CRUZ SILVA” 221

Extracto publicação de sociedade nº 290/2012:

Certificando uma cessão de quotas referente à sociedade “SEM REGRAS – CONSTRUÇÃO CIVIL E CANALIZAÇÃO, LIMITADA”. 221

Extracto publicação de sociedade nº 291/2012:

Certificando um averbamento de liquidação e dissolução da sociedade “EUROPE FOODS, LIMITADA” 221

Extracto publicação de sociedade nº 292/2012:

Certificando um averbamento numa cessão de quotas referente à sociedade denominada “CABOCAN, LIMITADA”. 221

PARTE J

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação

Conservatória dos Registos da Região da Praia

Extracto publicação de sociedade nº 278/2012:

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de recondução dos órgãos sociais da sociedade comercial denominada “SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DA QUINTA DA ACHADA, S.A.”, com sede em Caiada de São Martinho, Cidade da Praia e o capital social de 5.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 1686/2004/11/25.

RECONDUÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS:

Assembleia geral:

Presidente: José Duarte Varajão Alves Pereira.

Estado civil: divorciado.

Residência: Av. Alfredo da Silva, n.º 12, 1.º esquerdo, Barreiro, Portugal.

NIF: 148228313.

Secretária: Elvira Santos Lopes Forte.

Estado civil: solteira, maior.

Residência: Achada de Santo António – Cidade da Praia.

NIF: 110713360.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente: Carlos Manuel de Almeida Carvalho.

Estado civil: casado.

Residência: Rua Dr. António Ribeiro, n.º 7- 2.º Dtº, Quinta Santo António, Algés, Oeiras, Portugal.

NIF: 136039103.

Vogais: Eugénio Augusto Pinto Inocêncio.

Estado civil: divorciado.

Residência: Império I frente, Praça, CP 153-A, Palrnarejo – Cidade da Praia.

NIF: 123244773.

Carlos Orlando Nunes do Sacramento Campos.

Estado civil: casado.

Residência: Rua Tristão Vaz, n.º 1, 3.º, Lisboa.

NIF: 112257674.

Conselho fiscal:

SCJ - Reinaldo Soares, Rogério Coelho e José Jacob, SROC n.º 162, sita na Rua Batalha do Viso, n.º 93ª, em Setúbal,

representada pelo Dr. Reinaldo Manuel Rodrigues Soares, ROC n.º 475, casado, residente na Quinta de São Francisco, Moinho, Bairro do Viso, em Setúbal.

Suplente: Rogério Carlos Guedes Coelho, ROC n.º 787, casado, residente na Av. João II, n.º 8, 3.º frente, em Setúbal.

Duração: Triénio Julho/2011 a Julho/2014.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 23 de Junho de 2012. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

Extracto publicação de sociedade n.º 279/2012:

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de cessão e unificação de quotas, alteração da denominação e gerência da sociedade comercial por quotas denominada “A GRELHA, LDA”, com sede em Palmarejo – Cidade da Praia e o capital social de 500.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 17743/2011/03/01.

CEDENTE: Helena Margarida da Silva de Oliveira.

Estado civil: divorciada.

Residência: Palmarejo – Cidade da Praia.

Nif: 157025888.

QUOTA TRANSMITIDA: 350.000\$00.

CESSIONÁRIA: Lúcia Maria Mafra de Oliveira Araújo.

Estado civil: casada no regime de comunhão de adquiridos com António José Pinto Pereira de Araújo.

Residência: Palmarejo – Cidade da Praia.

Nif: 162910690.

CEDENTE: António José Pinto Pereira de Araújo.

Estado civil: casado no regime de comunhão de adquiridos com Lúcia Maria Mafra de Oliveira Araújo.

Residência: Palmarejo – Cidade da Praia.

Nif: 162910509.

QUOTA TRANSMITIDA: 75.000\$00.

CESSIONÁRIA: Lúcia Maria Mafra de Oliveira Araújo.

QUOTAS UNIFICADAS: 350.000\$00 + 75.000\$00 + 75.000\$00.

QUOTA RESULTANTE: 500.000\$00.

Artigos alterados: 1.º, 4.º e 5.º

Termos das alterações:

FIRMA: “A GRELHA, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA”.

CAPITAL: 500.000\$00.

SÓCIOS E QUOTAS: Lúcia Mana Mafra de Oliveira Araújo, 500.000\$00.

GERÊNCIA: Exercida pela sócia Lúcia Maria Mafra de Oliveira Araújo.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 3 de Julho de 2012. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

Extracto publicação de sociedade n.º 280/2012:

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de dissolução e encerramento da sociedade comercial por quotas denominada “LUSO DA ESPERANÇA – Importação Exportação, Lda.”, com sede em Acha da Grande Frente, Cidade da Praia e o capital social de 220.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 19405/2011/06/27.

CAUSA: Deliberação datada de 23 de Março de 2012.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 6 de Julho de 2012. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

Extracto publicação de sociedade n.º 281/2012:

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarada um registo de prestação de contas individual dos anos de 2010/2011, da sociedade comercial anónima denominada “BETÕES DE CABO VERDE, S.A.”, com sede em Tira Chapéu, Cidade da Praia e o capital social de dois milhões, quinhentos e cinquenta mil escudos, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 1439/2003/08/11.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 6 de Julho de 2012. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

Extracto publicação de sociedade n.º 282/2012:

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarada um registo de prestação de contas individual dos anos de 2010/2011, da sociedade comercial anónima denominada “CIMPOR CABO VERDE, S.A.”, com sede na Cidade da Praia e o capital social de cento e cinquenta milhões de escudos, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 351/1994/10/18.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 6 de Julho de 2012. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

Extracto publicação de sociedade n.º 283/2012:

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarada um registo de prestação de contas individual dos anos de 2010/2011, da sociedade comercial anónima denominada “CABO VERDE BETÕES E INERTES, S.A.”, com sede em Tira Chapéu, na Cidade da Praia e o capital social de dez milhões de escudos, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 2238/2007/01/11.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 6 de Julho de 2012. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

Extracto publicação de sociedade nº 284/2012:

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo e nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 9.º, da Lei número 25/VI/2003, de 21 de Julho, foi constituída uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO JUVENIL JOVENS EM ACÇÃO – AJJA, com sede em Castelo – Praia, de duração indeterminada, com o património inicial de dez mil escudos, tendo por finalidade principal:

Promover o desenvolvimento social e intelectual dos jovens, realizando formações, palestras, provas desportivas, actividades culturais e recreativas de forma a melhorar ocupação dos tempos livres.

Membros da direcção:

Presidente do conselho directivo: Osvaldo da Graça Moreno Garcia de Carvalho.

Presidente da mesa da assembleia: Anilton de Jesus de Brito Monteiro.

Conselho fiscal: Odailson Ortet Barros.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 10 de Julho de 2012. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

Extracto publicação de sociedade nº 285/2012:

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de cessão de quotas da sociedade comercial por quotas denominada “CARPNEUS – IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO, SOCIEDADE UNIPessoAL, LDA”, com sede em Achada São Filipe – Praia e o capital social de 5.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 20270/2011/12/09.

CEDENTE: Emídio Alberto de Melo Marques.

Estado civil: divorciado.

Residência: Achada São Filipe – Cidade da Praia.

NIF: 164251898.

QUOTA TRANSMITIDA: 5.000.000\$00.

CESSIONÁRIO: Francisco Paulo de Bastos Matos.

Estado civil: casado no regime de comunhão de adquiridos com Luisa Maria Dias Gonçalves de Matos.

Residência: Achada São Filipe – Cidade da Praia.

NIF: 164846700.

Artigo alterado: 4.º

Termos da alteração:

CAPITAL: 5.000.000\$00.

SÓCIO E QUOTA:

Francisco Paulo de Bastos Matos, 5.000.000\$00.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 12 de Julho de 2012. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

Extracto publicação de sociedade nº 286/2012:

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de destituição da gerência e vinculação da sociedade comercial denominada “UNITE-AM CV, LDA”, com sede em Palmarejo, Cidade da Praia e o capital social de 2.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 04651/2009/01/08.

DESTITUIÇÃO: do gerente Natalino Agostinho Coutinho, com efeitos a partir de 18 de Junho de 2012:

Artigo alterado 6.º, n.º 1.

Termos da alteração:

FORMA DE OBRIGAR: Pela assinatura da gerente Helena Margarida da Silva de Oliveira.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 12 de Julho de 2012. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

Extracto publicação de sociedade nº 287/2012:

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo e nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 9º, da Lei número 25/VI/2003, de 21 de Julho, foi constituída uma associação sem fins lucrativos denominada ASSOCIAÇÃO MUSICAL DE ARTES E ESPECTÁCULOS – PRIMITIVE, com sede em Achadinha – Cidade da Praia, de duração indeterminada, com o património inicial de trezentos e sessenta e nove mil escudos, tendo por finalidade principal:

Participar em manifestações culturais nacionais estrangeiras, de qualquer nível.

Membros da direcção:

Presidente do conselho directivo: César Augusto Correia Motta Freitas.

Presidente do conselho fiscal: Paulo Augusto Teixeira Vieira.

Presidente de assembleia geral: Amílcar N'Bunde Silva.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 4 de Abril de 2012. – A Conservadora, p/s, *Rita de Carvalho Oliveira Ramos*.

Extracto publicação de sociedade nº /2012:

A CONSERVADORA: RITA DE CARVALHO OLIVEIRA RAMOS

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de aumento de capital da sociedade comercial denominada “LCP – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”, com sede em Achada Grande Trás, Cidade da Praia e o capital social de 2.700.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 2486/2007/10/10.

MONTANTE DO AUMENTO: 52.000.000\$00, sendo 38.115.000\$00 por incorporação de suprimentos e 13.885.000\$00, por novas entradas em dinheiro.

Artigo 4º

(Capital social)

O capital é de 8.700.000\$00 (oito milhões e setecentos mil escudos), encontra-se totalmente realizada em dinheiro, representado por uma quota única pertencente ao sócio único António Neves dos Santos, solteiro, maior, NIF 119554496, residente em Hotelã de Baixo.

Conta nº 434/2012.

Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe do Sal, aos 7 de Maio de 2011. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.

Extracto publicação de sociedade nº 289/2012:

A CONSERVADORA: FRANCISCA TEODORA LOPES

EXTRATO

Certifico, para efeito de publicação, que foi feito um averbamento de liquidação e dissolução da sociedade “EUROPE FOODS, LIMITADA” matriculada na Casa do Cidadão – Sal sob o nº 261680226/14999.2010.02.26.

Conta nº 438/2012.

Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe do Sal, aos 7 de Maio de 2011. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.

Extracto publicação de sociedade nº 290/2012:

A CONSERVADORA: FRANCISCA TEODORA LOPES

EXTRATO

Certifico, para efeito de publicação que a presente está conforme o original na qual foi feito um averbamento duma cessão de quotas referente à sociedade denominada “CABOCAN, LIMITADA” matriculada nesta Conservatória sob o nº 224/98.06.16.

Em consequência altera-se o artigo 5º que passa a ter a seguinte redacção.

Artigo 5º

Capital

O capital é de 10.000.000\$00 (dez milhões de escudos), totalmente subscrito e realizada em dinheiro, em quotas assim distribuídas:

1. “CABOCAN, INVERSIONES, SL”, com uma quota no valor de 8.001.000\$00 (oito milhões e um mil escudos);
2. Juan Carlos Brome Del Cuvillo, com uma quota no valor de 1.347.000\$00 (um milhão trezentos e quarenta e sete mil escudos);
3. “MAR – Construções e Imobiliária Limitada”, com uma quota no valor de 217.000\$00 (duzentos e dezassete mil escudos);
4. “GRENSA – Construções e Imobiliária Limitada”, com uma quota no valor de 217.000\$00 (duzentos e dezassete mil escudos);
5. “SILVER AS – Construções e Imobiliária Limitada”, com uma quota no valor de 218.000\$00 (duzentos e dezoito mil escudos).

Conta nº 494/2012.

Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe do Sal, aos 23 de Maio de 2011. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.

Obs: Dá sem efeitos a publicação feita no *Boletim Oficial* nº 44/2012 de 28 de Junho de 2012.

Cartório Notarial da Região da Segunda Classe de Santa Cruz

Extracto publicação de sociedade nº 287/2012:

O NOTÁRIO: JACILENE ROMI FORTES LOPES.

EXTRACTO

Certifico, narrativamente e para efeitos de publicação, nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 9º da Lei 25/IV/2003, de 20 de Julho, que no Cartório Notarial de Santa Cruz e no dia vinte e um de Maio de dois mil e doze, foi lavrada a folhas de 89 a 90 do livro de notas para escrituras diversas número 29/A uma escritura pública de constituição de uma associação denominada “ASSOCIAÇÃO CLUBE DESPORTIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA ALFREDO DA CRUZ SILVA” abreviadamente designada de ACDESACS, NIF 565352369, que terá a sua sede em Pedra Badejo, tendo como objectivo representação e defesa dos interesses de todos os intervenientes do clube junto dos organismos públicos e privados quer nacionais, quer estrangeiros, na promoção e divulgação, coordenação e participação global no processo de formação de atletas e técnicas da área desportiva e ainda na participação, atribuição e certificação dos níveis de formação dos referidos técnicos.

Conta registada sob o nº 410/2012.

Cartório Notarial de Santa Cruz, aos 21 de Maio de 2012. – O Notário p/s, *Jacilene Romi Fortes Lopes*.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe do Sal

Extracto publicação de sociedade nº 288/2012:

A CONSERVADORA: FRANCISCA TEODORA LOPES

EXTRATO

Certifico, para efeito de publicação que a presente composto por uma folha está conforme o original na qual foi feito uma cessão de quotas referente à sociedade “SEM REGRAS – CONSTRUÇÃO CIVIL E CANALIZAÇÃO, LIMITADA”, matriculada na Casa do Cidadão – Sal sob o nº 257511136/04913.20009.01.23.

Em consequência os artigos 1º e 4º do pacto social passa a ter a seguinte redacção.

Artigo 1º

(Firma)

A sociedade adopta a firma “SEM REGRAS – CONSTRUÇÃO CIVIL E CANALIZAÇÃO, SOCIEDADE UNIPessoal LIMITADA”.



II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.